

# consciência Bancária

EDIÇÃO DIÁRIA - ANO XXVI - 6296 - SEGUNDA-FEIRA, 11 DE FEVEREIRO DE 2019



## BRASIL PERDE BILHÕES SEM TRIBUTAR ACIONISTAS DE BANCOS

Enquanto que para o trabalhador brasileiro, que ganha pouco, a carga tributária é pesada, para o alto escalão tudo é mais tranquilo. Itaú, Bradesco e Santander distribuíram R\$ 36,8 bilhões aos acionistas relativos ao ano passado nas formas de dividendos, juros sobre o capital próprio (JCP) e recompra de ações, que não são tributados do Imposto de Renda.

O valor equivale a 61,7% do lucro líquido ajustado dos três bancos que, em 2018, somou R\$ 59,695 bilhões. Foram distribuídos cerca de R\$ 17 bilhões em dividendos para os acionistas.



Se o governo aplicasse a mesma alíquota à distribuição de lucros pelas empresas à cobrança dos trabalhadores com salários superiores a R\$ 4.664,68, só com os bancos, a arrecadação superaria os R\$ 4,6 bilhões. Os números provam que só a base da pirâmide é prejudicada. (SBBA)

## PESQUISA REVELA PERFIL DO TRABALHO ESCRAVO NO PAÍS

Após 130 anos da abolição, ainda é possível encontrar situações análogas à escravidão no Brasil e negros e pardos representam 86% desses trabalhadores. De acordo com a Detrae (Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo), entre os trabalhadores resgatados em 2018 por grupos móveis de fiscalização, 45% dos maiores de 18 anos nunca tiveram emprego formal, 57% tiveram nenhuma ou no máximo uma admissão e 72% até três contratações.

Há uma relação direta entre trabalho análogo à escravidão, informalidade e desemprego. Segundo a pesquisa, 64% dos trabalhadores foram demitidos por iniciativa do empregador, o que representa uma entrada de mão de obra em um sistema de exploração abaixo dignidade humana.

Sobre a informalidade, em 92% dos casos foram constatadas trabalhadores inseridos nesta situação, que é um componente inicial de exploração de trabalho análogo à escravidão.

Fonte: SBBA

## Mendigos de Gravata na Lavagem do Beco do Fuxico

Sábado, 23 de fevereiro, a partir das 15h, em frente ao Sindicato dos Bancários.

Atrações: Ilé Axé Odara e Banda Nova Era

Camisas a venda no Sindicato – Edição Ltda

Participem dessa alegria!



## PROJETO DE LEI QUER CRIAR SELO DE EMPRESA MACHISTA



Um projeto de lei em tramitação na Câmara Federal cria o selo de “Empresa Machista”, para punir as organizações que pagam mais para os homens do que para as mulheres. A iniciativa veio depois das falas preconceituosas de Jair Bolsonaro, que ainda na campanha eleitoral, declarou que não empregaria mulheres com mesmo salário de homens.

As empresas que tiverem no nome no Cadastro Nacional de Empresas Machistas, como deve ser chamado, pode ter restrições como proibição de empréstimos junto a bancos públicos ou até multas. A intenção é combater manifestações misóginas, inclusive do governo atual.

Salário igual para homens e mulheres está na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e na Constituição Federal. O artigo 5º diz que “todos são iguais perante a lei”. Mas, as empresas descumprem. Dados do IBGE mostram que a média de salário pago às mulheres em 2017 foi 77% do valor do salário dos homens. Ou seja, a lei se faz mais do que necessária na conjuntura do país. (SBBA)

## NOTA DE PESAR

Os nossos sinceros sentimentos ao nosso companheiro Paulo Eduardo Santana Silva (Paulinho), vice-presidente do Sindicato, pela perda de seu pai, Thomaz Américo da Silva, falecido no último sábado (9). O sepultamento ocorreu na tarde de ontem (10) na cidade de Ibirapitanga, onde residia.

A todos os familiares e amigos, o nosso pesar!

**PLANTONISTAS DE HOJE**

**Manhã: ETINGER**

**Tarde: EVERILDO**

## REFORMA DA PREVIDÊNCIA PENALIZA OS JOVENS

Os jovens também serão muito afetados com a Reforma da Previdência. Isso ficou claro na afirmação do ministro da Economia, Paulo Guedes, na última terça-feira (5), e de que o texto da reforma da Previdência incluirá uma nova opção de regime trabalhista para os jovens que ingressarem no mercado de trabalho.

Segundo ele, Paulo Guedes, se aprovada, a PEC da Previdência, coexistirão, no mercado de trabalho, os dois sistemas: o novo, desconstitucionalizado e desregulamentado e o atual, inspirado na “Carta del Lavoro” (de Benito Mussolini), com a Justiça do Trabalho, os sindicatos e poucos empregos.



Deixando claro sua ideologia e os interesses por trás da reforma, o ministro chamou o velho regime de “porta da esquerda”, no qual prevaleceriam os “muitos direitos e poucos empregos”. O novo seria a “porta da direita”, com menos direitos e muitos empregos. A sociedade brasileira poderá comparar os dois. Ele aposta que o regime opcional para os jovens entrantes no mercado de trabalho fará com que se ateste as vantagens de regras menos rígidas a respeito dos direitos existentes hoje.

Na carteira de trabalho “verde e amarela” prevalecerá o contrato individual. Serão mantidos os direitos constitucionais (férias anuais de 30 dias, descanso semanal, 13º salário, bonificação de férias). Já os benefícios agregados aos contratos de trabalho por força de acordos sindicais – como valor dos vales transporte e refeição – podem ser subtraídos; e contenciosos entre patrões e empregados devem ser resolvidos na Justiça comum.

Com o tempo, a Justiça do Trabalho perderia sua clientela. O ministro salientou que a proposta de reforma previdenciária e trabalhista ainda não foi aprovada pelo presidente Jair Bolsonaro. Candidata a ser enviada ao Congresso tão logo a reforma previdenciária e trabalhista tiver sido aprovada, o ministro quer fazer uma reforma tributária “forte, drástica”. Dos 54 impostos e contribuições deverão sobrar uns seis ou sete, disse. (Contraf)

---

### INFORMALIDADE CONTRIBUI PARA QUEDA NA PREVIDÊNCIA

Além de sucatear os bancos públicos, entregar o pré-sal às grandes petrolíferas estrangeiras e extinguir políticas públicas, a ‘herança’ deixada pelo governo Temer gerou outros retrocessos. O aumento da informalidade em 2018 contribuiu para a queda no número de contribuintes para a Previdência entre as pessoas ocupadas no país.

Em 2015, do total de brasileiros ocupados, 65% contribuíam. No ano seguinte, a proporção subiu para 65,5%. Os percentuais foram para 64,1% e 63,4%, respectivamente, em 2017 e no ano passado.

O índice de não contribuição passou de 35,4% para 36,6%, de 2014 a 2018. Subiu de 32,6 milhões para 33,6 milhões (3%) o número de pessoas que não participam. Já a quantidade de contri-

buintes caiu de 59,5 milhões para 58,2 milhões (-2,1%). Houve crescimento de 3,3% de 2017 para 2018 entre os que não contribuíam.

Os dados divulgados na Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE apontou recorde na informalidade em 2018. Registrou menor número de empregados com carteira assinada (32,9 milhões). Bateu recorde no total de empregados sem carteira (11,2 milhões) e de trabalhadores por conta própria (23,3 milhões), além dos empregados domésticos (6,2 milhões, menos de 1/3 com carteira).